

---

**NOTAS SOBRE A CAPOEIRA  
PARANAENSE (XIX-XX): RESISTÊNCIA  
SUBALTERNA**

**Jeferson do Nascimento Machado**

Graduado e mestre em História pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO).

E-mail: jefersondonascimentomachado@gmail.com

**Juliano Lima Schualtz**

Graduando em História na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

E-mail: juschualtz@gmail.com

**NOTAS SOBRE A CAPOEIRA PARANAENSE (XIX-XX): RESISTÊNCIA SUBALTERNA****REMARQUES SUR LA CAPOEIRA PARANAENSE (XIX-XX): RÉSISTANCE SUBALTERNE**

Jeferson do Nascimento Machado

Juliano Lima Schualtz

**RESUMO**

O presente artigo busca construir um diálogo sobre a capoeira para além dos eixos comuns, são eles Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco. A expansão da sua historicidade é importante para compreender o seu desenvolvimento em outras regiões. Além disso, este nosso artigo pretende enriquecer a historiografia sobre o assunto, com outros aportes teóricos, isto é, do pensamento decolonial e africano, visando criticar o eurocentrismo em suas diversas dimensões. Para tanto, realizamos uma discussão da Capoeira no contexto paranaense, a partir de fontes jornalísticas e um referencial teórico aberto. Por meio disso, concluímos que a Capoeira tem sido praticada desde o século XIX, tendo sido utilizada, por diversas vezes como autodefesa de grupos subalternos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Capoeira, Subalteno, Decolonialidade, Violência, Paraná.

**RÉSUMÉ**

Le présent article cherche à construire un dialogue sur la capoeira au-delà des axes communs que sont Rio de Janeiro, Bahia et Pernambuco. Il est important d'étendre son historicité pour comprendre son développement dans d'autres régions. En outre, notre article à enrichir l'historiographie sur le sujet avec d'autres apports théoriques, à savoir la pensée décoloniale et africaine, cherchant à critiquer l'eurocentrisme dans ses différentes dimensions. À cette fin, nous avons discuté de la capoeira dans le contexte de l'État du Paraná, en utilisant des sources journalistiques et un cadre théorique ouvert. Nous avons conclu que la Capoeira est pratiquée depuis le dix-neuvième siècle, et qu'elle a été utilisée à de nombreuses reprises comme une forme d'autodéfense par des groupes subalternes.

**Mots-clés:** Capoeira, Subalterne, Décoloniale, Violence, Paraná.

**INTRODUÇÃO**

“Afirmar que o mundo não se reduz à Europa é reabilitar a singularidade e a diferença” (MBEMBE, 2018, p. 273).

Este estudo foi desenvolvido em um contexto de rupturas, de atualizações, de deslocamentos e testes epistemológicos: um *giro decolonial* (BALESTRIN, 2013)<sup>1</sup>. Acerca disso, salientamos que o momento atual — como Mbembe tem apontado — difere daqueles anteriores, no qual a Europa era o centro intelectual do mundo. Hoje começamos a vislumbrar um número crescente de pesquisadores, habitantes de países antes colonizados, que começam a se debruçar sobre o seu próprio território, produzindo estudos originais e trazendo à superfície conhecimentos antes desconhecidos ou simplesmente ignorados/marginalizados.

Nessa linha de deslocamento também podemos verificar um movimento dos grandes centros ao interior, do global ao local, numa constante busca de produzir uma síntese entre a particularidade e a totalidade. Desta maneira, estudos que anteriormente eram impossíveis de serem realizados, agora passam a ganhar espaço, embora — sobretudo no Brasil — já possamos diagnosticar uma reorganização das forças conservadoras, que buscam barrar qualquer avanço nesse sentido. Estas forças reacionárias veem nessas mudanças, não somente uma guinada teórica, mas uma guinada social, que põem em risco suas posições de dominantes, pois ao trazermos à consciência todas aquelas memórias que foram ideologicamente negadas, desfazemos os pressupostos pelos quais se assentavam as dominações, tirando assim a legitimidade dos seus domínios e oferecendo para os grupos silenciados uma experiência histórica e, deste modo, oferecendo elementos que direcionam as suas consciências, produzindo novos modos de estar no mundo, de viver no mundo e de agir no mundo.

Por isso, mesmo no campo da ciência, o embate entre conservadores e progressistas vem sendo uma constante: o velho mundo se agarra a moral, a tradição e a todos os mecanismos ideológicos e discursivos disponíveis para manter o *status quo*. Por outro lado, cada vez mais, as alas mais avançadas da sociedade (em conhecimento e potencial emancipatório) passam a sacolejar o velho sistema.

<sup>1</sup> Para Balestrin, o *giro decolonial* pode ser entendido como práxis – ação política (prática) e epistemológica (teórica) – que busca resistir a lógica da colonialidade (dependências pós-coloniais dos países latino-americanos).

Com efeito, esta pesquisa acerca da Capoeira no Paraná<sup>2</sup>, não somente se insere entre estas produções, mas também busca contribuir para esta ruptura. Todavia, devemos acrescentar que não intencionamos recusar as contribuições europeias, mas sim, estamos convencidos de que ao abordarmos este novo objeto e ao fazermos a crítica ao *modus operandis* do pensamento colonizado, estaremos contribuindo para o enriquecimento do próprio ser humano-genérico e para a superação objetiva das metafísicas branco/negro.

Acerca das fontes, apontamos que nos valemos de jornais de época. Utilizamos as fontes jornalísticas a partir da concepção de que elas “[...] constitui-se para o historiador numa das possibilidades de resgatar a participação de grupos sociais, em contextos específicos [...]” (CALONGA, 2012). Nessa perspectiva, os jornais nos deram a possibilidade de problematizar, interrogar e reconstruir por meio da narrativa o passado da capoeiragem paranaense.

No geral, esperamos que esse texto possa ser útil, sobretudo para a juventude acadêmica, que está iniciando o seu circuito na pesquisa. Também ansiamos que este trabalho, enquanto uma síntese da história da capoeira paranaense, venha resolver o problema da demanda existente no campo da capoeira por material sistematizado sobre o assunto. Além disso, desejamos que este texto possa ser lido e utilizado pelos professores paranaenses, vinculados ao Ensino Fundamental e Médio, em especial aos professores de história, que muitas vezes querem abordar temas relacionados a presença do negro na região paranaense, mas não o fazem pela carência de material.

Queremos ainda apontar que, como pretendemos realizar uma abordagem geral, muitas coisas ficaram fora do nosso estudo. Com isso, o presente trabalho não busca ser a última palavra e sim uma abordagem geral, suscitando outras reflexões e outras pesquisas. No final, o nosso desejo é que surjam críticas e problematizações, para que, a partir delas, consigamos suplementar nossos estudos.

---

<sup>2</sup> Parte da discussão aqui realizada, bem como as fontes que aqui utilizamos, já foram objeto de breves considerações na dissertação *História da Capoeira na cidade de ponta Grossa: entre relatos e fotografia* (2019). Todavia, devido ao propósito daquela pesquisa, que era analisar a capoeira pontagrossense, não aprofundamos as discussões acerca da capoeira paranaense, de modo mais geral.

## A CAPOEIRA PARANAENSE E SUA IDENTIDADE EM DEVIR

Sabendo que “só é possível problematizar a identidade negra enquanto identidade em devir”, (MBEMBE, 2018, p. 170), salientamos que para nós a Capoeira foi desenvolvida pelos negros enquanto uma *máquina de guerra*<sup>3</sup>, como instrumento de resistência ao sistema escravocrata. Por conseguinte, a Capoeira esteve, ao longo de sua história, estreitamente ligada a subalternidade<sup>4</sup> (negros, indígenas, mulheres, LGBTs), que por diversas vezes a acionaram para se defenderem de arbitrariedades. Assim, para nós a capoeiragem apareceu e se desenvolveu como uma identidade em movimento, criada enquanto uma negação da realidade colonial, onde, o povo negro, tinham sua humanidade desprezada.

Nessa conjuntura, onde a capoeira insurge enquanto negação, ela age sobre a realidade a partir de duas vontades, uma destrutiva e outra criativa. Acerca da relação entre destrutividade e criatividade, Felipe Corrêa comenta que,

considerando-se, conforme afirmado pelo anarquista coreano Shin Chaeho (2005), em 1923, certamente retomando argumentos de Proudhon e Bakunin, que ‘a destruição e a construção são inseparáveis; não são duas coisas, mas uma só’ (CORRÊA, 2012, p. 104).

Vale acrescentar que, nos casos específicos encontrados em nossas fontes, falar de destruição e criação é tratar sobre violência, já que foi nela que as duas desaguaram. Acerca da violência, o anarquista italiano, Malatesta afirma que:

Os anarquistas só admitem a violência como legítima defesa; se hoje eles são a favor da violência é porque consideram que os escravos estão sempre em estado de legítima defesa [...] Este ideal serve para frear, corrigir e destruir este espírito de violência que a revolução, como ato material, teria a tendência a desenvolver (MALATESTA apud CORRÊA, 2012, p. 134).

<sup>3</sup> Uma máquina de guerra é aquilo que faz oposição ao aparelho de captura do Estado, a capoeira no Brasil antes e pós-abolição é justamente um conjunto coletivo de máquinas produzindo estratégias, modos de vida, linhas de fuga e novas aberturas. Seguindo essa esteira, a expressão territorial dos capoeiristas acontecia em lugares públicos, ou seja, espaços policiados, a disciplina dos policiais foi contestada pelo corpo sem órgãos dos capoeiras, no centro da roda ficava o sujeito com o berimbau, a mão reinventada para produzir melodia, a mão docilizada do homem fardado segurava o cassetete para produzir violência. E um polo o nomadismo, no outro o sedentarismo, ressaltamos que as ruas e praças para os capoeiras eram *espaços lisos*, de fluxos, expressão e tráfego para a diferença, para os policiais eram *espaços estriados*, de manutenção da ordem, do sossego, até mesmo eliminando a ambientação de corpos marginais e negros com o intuito de preservar a homogeneidade. Para uma leitura deleuziana-guattariniana da capoeira ver o texto “A Capoeira, uma Filosofia do Corpo” (DUMOULIÉ, 2008).

<sup>4</sup> Subalternidade, no entender de Ballestrin, é um termo advindo de Gramsci, no qual expressa a concepção de classe desagregada e episódica, que possui uma tendência a unificação provisória na luta contra os obstáculos postos pela classe dominante (BALLESTRIN, 2013).

Ou seja, para eles a violência é legítima enquanto instrumento de defesa dos subalternos, não se tratando, portanto, da violência banal e que pode, caso os mecanismos de opressão sejam superados, ser simplesmente eliminada. Ainda sobre a violência, a partir de nossas fontes, notamos que existem pelo menos três usos desta violência<sup>5</sup>: o primeiro, *verticalizado* (praticada pelas instituições, por meio dos seus dispositivos e da sociedade dividida em classes), o segundo *horizontalizado de micro-escala* (individual ou de uma fração de classe, que busca superar ou se defender de uma dominação específica) e *horizontalizado de macro-escala* (tempo da revolução, da ação coletiva que busca superar, não uma dominação específica, mas todas as dominações).

Por conseguinte, essa *máquina de guerra* assombrou a elite brasileira do século XIX e início do XX, circulando, reinventando-se e emergindo fora das instituições. Portanto, ela operava através da *violência horizontalizada de micro-escala*. Entretanto, durante todo esse período a capoeira foi alvo de diversas perseguições, ficando diante da *violência verticalizada*. Devemos acrescentar que mesmo após a suposta abolição, no ano de 1888, a prática seria criminalizada pela letra da lei em 1891. Desse modo, o novo regime, a República, começava com forte repressão à capoeiragem e sua legalização só ocorreria décadas mais tarde, no ano de 1937, no regime varguista. A licitude da capoeira aconteceu pelo caráter nacionalista do varguismo, o qual buscava elementos para a construção da nacionalidade brasileira.

No geral, o que podemos apontar é que a lei, o Estado e os dispositivos do poder público tentavam capturar a capoeira em campos de visibilidade e punição. Entretanto, o investimento de mestre Bimba e Pastinha<sup>6</sup> em limpar o olhar pejorativo sobre a prática foi um avanço nesse período. Todavia, acrescentamos: mesmo que as perseguições tenham diminuído, elas não deixaram de ocorrer nas décadas posteriores. Em períodos conturbados como a Ditadura Civil Militar (1964-1985), por diversas vezes, a capoeira foi alvo de coações. E naquilo que diz respeito ao olhar pejorativo, mesmo com os avanços trazidos por Bimba e Pastinha, parte da sociedade ainda continuou olhando a capoeira de forma estereotipada.

<sup>5</sup> Para a feitura da discussão em torno das três categorias sobre a violência, fomentados uma inspiração em leituras de Frantz Fanon, da tradição anarquista e marxista.

<sup>6</sup> Mestre Bimba (Manuel dos Reis Machado) foi o criador da chamada Capoeira Regional. Mestre Pastinha (Vicente Ferreira Pastinha) foi criador da Capoeira Angola. Ambos os mestres foram fundamentais para a institucionalização e disciplinarização da prática, com isso, redimensionando a Capoeira para outros públicos.

No Estado do Paraná não foi diferente, a capoeira também foi discriminada e o seu espaço nos jornais, por diversas vezes, deu-se em páginas policiais, isto poderá ser percebido no decorrer das próximas páginas, como os jornais apresentaram um sujeito evidenciado pelo uso da violência.

A primeira referência jornalística encontrada até este momento, trata-se justamente de uma notícia policial, vinculada ao Diário da Tarde<sup>7</sup>. Essa matéria circulou no final do século XIX, sob o título de “Brinquedos e Cacetadas”, na qual foi narrada que:

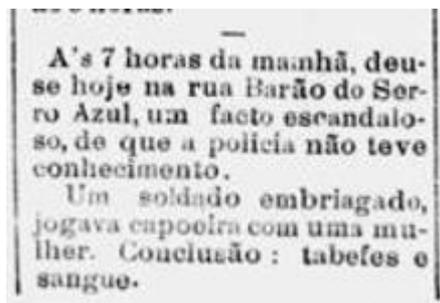


Brincavam hontem Filippe Gonçalves e Izidoro Mendes na rua Borges de Macedo, ás dez horas da noite. Consistia o brinquedo em jogos de capoeiragem.  
Dahi á momentos chegou ao local Manoel Ramos que acreditando tratar-se de uma briga, manejou o cacete que possuía e deu forte cacetada em Filippe, no lado esquerdo da frente, prostanto-o em seguida.  
O ferido poude ainda descarregar o seu revolver contra o agressor; a bala alcançou-o ferindo-o levemente.  
Ambos estão presos. (DIÁRIO DA TARDE, 1899, s/p.)

<sup>7</sup> Impresso que existiu entre 1899 a 1975, sendo que, de 1899 a 1951, ele foi administrado de forma independente e depois, até 1975, ele foi mantido pela Gazeta do Povo.

Vale destacarmos para o uso do termo “jogos de capoeiragem”, que parece apresentar a Capoeira no seu aspecto mais lúdico. Todavia, para Manuel Ramos se tratava de uma briga. Convicto disso, Manuel Ramos interveio no jogo, dando uma forte cacetada em Felipe Gonçalves. Felipe rapidamente reagiu, usando da *violência horizontal*, defendendo-se através da arma que portava. Vale frisar que o desfecho foi a *violência vertical* do estado, que realizou a equivalência dos crimes.

Posteriormente, ainda no final do século XIX, é feita outra referência a Capoeira. Essa referência aparece no Diário da Tarde, no qual se evidencia a seguinte notícia: “às 7 horas da manhã, deu-se hoje na rua Barão do Serro Azul, um fato escandaloso, de que a polícia não teve conhecimento. Um soldado embriagado, jogava Capoeira com uma mulher. Conclusão: tabefes e sangue” (DIÁRIO DA TARDE, 1900).



Essa notícia destaca o uso da Capoeira, enquanto instrumento de opressão, denotando o uso verticalizado da violência e demonstrando uma continuidade sobejamente presente no período Joanino (1808-1821), que tinha o Major Vidigal<sup>8</sup> como a figura mais bem acabada na utilização da Capoeira contra outros praticantes tidos como marginais. Todavia, também encontramos outro documento, de décadas seguintes, do ano de 1979, que apresenta outra capoeirista, de nome Joana da Silva, que respondeu a este tipo de violência, que ainda permanecia impregnado na cultura. Desta vez, a Capoeira aparece na sua acepção mais clássica, tratando-se do rearranjo dela, enquanto instrumento de libertação, usando da violência na sua horizontalidade. O Diário do Paraná<sup>9</sup> (1979) noticiou o seguinte:

<sup>8</sup> Major Vidigal foi um militar que atuou no período em que Dom João VI esteve no Brasil. Ficou conhecido por suas perseguições ao Candomblé, a Capoeira e as rodas de Samba. Além disso, Vidigal também era tido como exímio Capoeira e utilizava desta prática para perseguir os próprios capoeiras da época.

<sup>9</sup> O jornal Diário do Paraná, foi fundado no dia 29 de março de 1955 em Curitiba, jornal de circulação cotidiana. Inicialmente ficou no encargo do jornalista e radialista Adherbal Stresser ao lado do seu filho Ronald Sanson Stresser. O jornal estava imbuído de valores positivistas, federalistas e elitistas.

## Quase degolado ao querer amor

O barulho na boate da Nadir, na Vila Guaira, era prenúncio de muita confusão, na noite de anteontem. Logo após às primeiras horas da madrugada, não deu outra. A bailarina Joana da Silva, uma baiana de 23 anos, que luta capoeira e sabe brigar como qualquer homem, quase decapitou seu parceiro João Fernandes, no interior de um dos quartos do prostíbulo.

A mulher, que diz saber ser “danada”, quando preciso, foi presa e autuada em flagrante na delegacia do 8º Distrito Policial onde confessou o crime. Segundo ela, “ele quis me matar, quis me “amassar” muito e eu

tive que me defender”. Para ela, “ele deve ser maniaco, logo que nós entramos no quarto ele foi me acertando um soco no olho e me derrubando no chão”.

### SÁDICO?

A mulher, na realidade, apresentava-se completamente machucada, inclusive com hematomas em redor dos olhos, no rosto e nos braços, além de um ferimento à faca, na mão direita. Ela disse que a faca estava em sua mão, quando o homem tentou desarmá-la, teve que pegar na lâmina, resultando o ferimento. Mesmo assim, conseguiu dar uma gravata e cravar a faca no pescoço da vítima.

Em estado grave, João foi levado para o Pronto Socorro, onde foi medicado e internado em observação. O ferimento, segundo os policiais que estiveram em contato com ele, é bastante profundo. Joana, segundo os policiais, é acostumada a “aprontar” na boate, tendo já ferido duas pessoas, uma vez com lâmina e outra, com cacos de garrafas.

Provavelmente amanhã, os policiais do 8º DP ouvirão a vítima e outras pessoas que presenciaram as cenas na boate da Nadir. A situação da boate também será estudada, segundo os policiais, pois ainda não se sabe se está funcionando na clandestinidade.



Carla Costa

Joana diz que se defendeu.

O barulho na boate da Nadir, na Vila Guaira, era prenúncio de muita confusão, na noite de anteontem. Logo após às primeiras horas da madrugada, não deu outra. A bailarina Joana da Silva, uma bailarina de 23 anos, que luta Capoeira e sabe brigar como qualquer homem, quase decapitou seu parceiro João Fernandes, no interior de um dos quartos do prostíbulo.

A mulher, que diz saber ser “danada”, quando preciso, foi presa e autuada em flagrante na delegacia do 8º Distrito policial onde confessou o crime. Segunda ela, “ele quis me matar, quis me “amassar” muito e eu tive que me defender”. Para ela, “ele deve ser maníaco, logo que nós entramos no quarto ele foi me acertando um soco no olho e me derrubando no chão” [...] mesmo assim, conseguiu dar uma gravata e cravar a faca no pescoço da vítima. (DIÁRIO DO PARANÁ, 1979, p. 10)

Note-se que a notícia opera por meio da *violência vertical*, pois faz denotar algumas concepções de homem enquanto padrão universal e realiza uma classificação valorativa. Isso fica nítido quando é destacado que Joana da Silva “luta Capoeira e sabe brigar como qualquer homem”, exprimindo que autodefesa só poderia ser legítima quando exercida por homens, geralmente por homens brancos. Portanto, a violência é conceituada sob a égide racional somente na medida que ela é exercida por homens, e irracional, errado, marginal, quando efetuado pelas mulheres e demais sujeitos subalternos, de tal modo, que a violência do opressor é justificada e a violência do oprimido é criminalizada. Torna-se importante ressaltar que Joana ocupa o lugar, não apenas de mulher, mas de mulher negra e pobre, o que torna a equação ainda mais complexa. É necessário dizer que essa criminalização da violência enquanto ferramenta de defesa tem uma função ideológica específica, sendo a de inibir as potencialidades de luta das mulheres, tornando-as vulneráveis perante situações de agressão. Acerca da violência praticada pelos oprimidos, ou seja, da sua autodefesa, Mbembe afirma a partir de Fanon que:

Primeiro, que a violência na obra de Fanon é um conceito tão político quanto clínico. É tanto a manifestação clínica de uma “doença” de natureza política quanto uma prática de ressimbolização na qual está em jogo a possibilidade da reciprocidade e, portanto, de uma relativa igualdade diante do arbítrio supremo que é a morte. Desse modo, por meio da violência escolhida e não sofrida, o colonizado

opera um retorno a si mesmo. Ele descobre que “a sua vida, a sua respiração, os batimentos do seu coração são os mesmos do colono” ou ainda que “a pele de colono não vale mais que a pele de nativo”. Ao fazer isso, ele se recompõe, requalifica-se e reaprende a medir em função do seu real valor o peso de sua vida e as formas de sua presença no seu corpo, na sua fala, no outro e no mundo (MBEMBE, 2018, p. 281-282).

Sendo assim, Joana da Silva, quando se defendeu despertou em si, certa consciência, evidenciando sua humanidade, bem como produziu em João Fernandes uma descoberta: que as mulheres também são sujeitos ativos. Assim, dialeticamente ocorreu uma negação, por parte da Joana, daquilo que estava imediatamente dado, ou seja, negou o modelo patriarcal, racista e burguês, que normatiza a submissão dos subalternos e busca naturalizar a dominação. Acerca dessa negação, Herbert Marcuse nos esclarece, ao comentar sobre a filosofia negativa de Hegel, que:

A filosofia de Hegel é, na verdade, aquilo de que foi acusada por seus opositores imediatos: uma filosofia negativa. Ela é, na sua origem, motivada pela convicção de que os fatos que aparecem ao senso comum como indícios positivos da verdade são, na realidade, a negação da verdade, tanto que esta só pode ser estabelecida pela destruição daqueles. A força que move o método dialético está nesta convicção crítica. A dialética está inteiramente ligada à idéia de que todas as formas do ser são perpassadas por uma negatividade essencial, e que esta negatividade determina seu conteúdo e movimento (MARCUSE, 1978, p. 37).

Assim, Joana realizou uma tentativa de superação daquilo que estava dado (ou seja, a sua submissão) e, por conseguinte, nota-se que a violência, por ela exercida, apresenta-se na dimensão destrutiva, já que busca destruir as relações de dominação e construtiva, na medida que tenta produzir nova realidade.

Entretanto, o desfecho do ocorrido ocasionou na criminalização de Joana, pois a narrativa construída pelo jornal territorializa a Joana em estatuto de objeto, sem representação política. De tal modo que o seu dizer é o não-dito, inscrito como crime no rito da lei. Nesse caso, mesmo a autodefesa quando praticada por uma mulher foi registrada de maneira ilícita, afinal, a contestação feminina presente no jornal não é apenas contra a aplicação da lei, mas, coloca em xeque os mecanismos imperialista e colonialista que tem o seu ideal de humano no homem branco/cristão/burguês. Consequentemente, Joana está fora do círculo, ocupando um lugar periférico, lugar esse onde o poder da palavra perde a eficácia, o receptor do outro lado não a reconhece enquanto sujeito da comunicação, ela é o sujeito subalterno (SPIVAK, 2010), o dito de Joana foi transformado em silenciamento por parte dos mecanismos informativos, as políticas de silenciamento e exclusão também operam transformando o dito em não-dito. Acrescentamos que uma clínica da política, especificamente as clínicas da decolonização, as

quais Fanon forneceu indicações em sua obra *Os Condenados da Terra* (1961), apontam para a possibilidade da reversão do sintoma por meio da força, violência ou outros modos de resistência. Essa operação busca articular o *laço social*, quiçá, pensando com a psicanálise lacaniana, tecendo uma sociabilidade outra, o sujeito colonizado buscaria compor a realidade objetiva por meio do choque ou fricção com o outro que desempenha o papel de universal. Essas singularidades, como representa Joana, criam colisões libertárias e moleculares.

Anos mais tarde, em 1983, outro capoeirista, dessa vez o mestre Oriel Feliciano Lopes, também utilizou da Capoeira como autodefesa. Conforme o Diário da Tarde (1983, p. 4):

**CAPOEIRA**  
O mestre de capoeira Oriel Feliciano Lopes, estava no interior de um bar na Marechal Floriano, 7043, quando pela madrugada foi provocado e agredido pelo militar Orvaldo Gonçalves Ferreira, de 33 anos, que portava um cabo de aço. Na briga porém acabou levando a melhor e o militar precisou ser medicado no Pronto-Socorro do Cajuru. A Delegacia de Homicídios foi comunicada da ocorrência e passou o caso para a delegacia do 7.º Distrito.

O Mestre de Capoeira Oriel Feliciano Lopes, estava no interior de um bar na Marechal Floriano, 7043, quando pela madrugada foi provocado e agredido pelo militar Orvaldo Gonçalves Ferreira, de 33 anos, que portava um cabo de aço. Na briga porém acabou levando a melhor e o militar precisou ser medicado no Pronto-Socorro do Cajuru. A delegacia de Homicídios foi comunicada da ocorrência e passou o caso para a delegacia do 7.º Distrito.

À semelhança do caso anterior, aqui também, fica notável a função da violência na organização dos papéis. A dimensão da violência do opressor, dessa vez encarnada em um representante do Estado e a violência do oprimido, encarnada no mestre Oriel. É interessante destacar que, diferente do caso de Joana, que era mulher, a notícia não toma tanto partido no caso. Entretanto, apontamos que este caso também tem uma função clínica, pois a concepção de militar enquanto inviolável, o sujeito protetor, patrulhador e operacionalizador da justiça, foi desconstruído quando o mestre, sem uso de armas, consegue repelir o militar. Vale destacar a mentalidade militar, o jornal não contextualiza os motivos da violência policial. Assim, não existe, aparentemente, motivos concretos para a investida truculenta do homem da lei. Nas linhas seguintes está visível que a lei foi inscrita no corpo negro, conjurando a justiça para tratar o capoeirista que praticou a autodefesa, criminalizando-o. Os dois polos da violência seguem estruturas opostas, o uso da violência pelos militares incorpora uma lógica

institucional para manter a disciplina e regular a ordem, o uso da violência pelos subalternos, agrega uma lógica rebelde, uma anti-disciplina. Destacamos a complementariedade entre essa fonte e a fonte acima, naquilo que corteja e coteja a violência, nesse caso específico, a violência é usada por um homem negro, ele também não representa o ideal universal/europeu de humanidade, esse contexto evidencia seu lugar de subalternidade perante o policial.

Desta forma, Oriel foi colonizado pelo carimbo da lei e possivelmente encarcerado, subjugado e entrelaçado por *regimes de verdade*<sup>10</sup> que produzem marginais. No final, o que temos é um caso típico da construção histórica da subjetividade militar na sociedade civil brasileira, que se expressa pelo uso da violência contra os corpos insuportáveis e na eliminação dos mesmos. Corpos que se reinventam terapeuticamente, desvencilhando-se das amarras do sistema, como é o caso específico dos corpos dos capoeiras. Outra assertiva está em pensarmos a espacialidade, não sabemos o desfecho do caso em questão, se o bar era um espaço experienciado por negros, se sua localidade era no meio urbano, quais transeuntes circulavam pelo ambiente, se o capoeirista representava um sujeito dissidente. O espaço carrega o imaginário do mundo social, sendo assim, o fato torna-se mais interessante quando notamos que o próprio espaço jogava com os símbolos para favorecer ao agressor. O espaço em si, ao trazer o nome de Rua Marechal Floriano, o chamado Marechal de Ferro, já fomenta uma derrota dos oprimidos. Um capoeirista, ao estar em uma rua com este nome costurado por ecos históricos, que denotam as marcas da opressão. Note-se que foi na República da Espada (1889-1894), que a capoeira foi proibida, sofrendo fortes represálias. De tal modo, que o militar estava investido de poder de todas as formas. No entanto, o mestre, mesmo na desvantagem conseguiu se defender. Assim, quando o mestre se defendeu, levou o militar a reconhecer o outro da relação, fazendo o militar enxergar o capoeirista enquanto sujeito que não se submete. Além disso, ele deixou uma marca negra em um espaço com imaginário colonialista.

Nessa trajetória da capoeira paranaense, alguns mestres foram importantes para a difusão da capoeira no Estado. Passaram por Curitiba Mestre Lampião de Goiás (Eurípedes) e Alabamba. Mestre Lampião de Goiás, passou pela cidade no ano de 1970. Depois dele,

<sup>10</sup> Conceito presente na obra do pensador Michel Foucault desenvolvido em seu livro “A verdade e as formas jurídicas”, que primeiramente foi uma palestra realizada na PUC-Rio, em 1973. Para o autor, a verdade tem uma história perpassada por uma construção discursiva entre poder-saber. Sendo assim, a verdade sobre certos corpos; o marginal e o negro, por exemplo, passaram pelos saberes do Direito e da Medicina em escritas raciais do racismo científico, a construção do negro enquanto inferior e “ladrão” foi legitimado por esses saberes na feitura dos regimes de verdade sobre tais corpos.

passou Mestre Alabamba, que fez alguns “shows” no Teatro Guaíra, em 1972 (SERGIPE, 2006). Ali, no teatro, ele encontrou alguns alunos de Mestre Lampião que haviam sido recém-iniciados, mas, conforme Sergipe (2006), ele não realizou nenhum projeto na cidade.

Após Lampião e Alabama, veio Mestre Sergipe e abriu a primeira academia na cidade, como vemos na figura e posteriormente chegaram outros Mestres a Curitiba: Mestre Monsueto, em 1974; Mestre Burguês, Mestre Belisco e Mestre Diabo Loiro chegaram no mesmo ano de 1975; em 1977, Mestre Pernambuco começa seu trabalho na cidade.

Foto Eduardo Paredes

## A arte marcial “made in” Brasil

Esta é a nossa arte marcial. Bem brasileira. Metodizada e racionalizada, pode trazer bons resultados sociais, físicos e espirituais que contribuem para a formação do elemento humano. E mestre Sergipe quem está falando, com muito conhecimento de causa. O homem que quiser a suavidade das garças, a agilidade e destreza dos felinos e a resistência dos ruminantes, pode se chegar à capoeira. E só saber usar a perna, o pé, a mão, tudo ao som do berimbau. (Pág. 12).

# Nossa arte marcial

“Capoeira é a arte marcial do povo brasileiro”, afirma o vice-campeão brasileiro de 1976, mestre Sergipe, que começou a praticá-la com seis anos de idade, ainda na Bahia e atualmente leciona aqui em Curitiba. Aos que dizer ser ela especificamente da Bahia, tradicional daquela região, ele responde simplesmente que “Bahia ou qualquer outra região é Brasil”.

Mestre Sergipe afirma que “se coloca em posição intelectual de formar uma trincheira em defesa e preservação da nossa cultura, vital para a saúde e autodeterminação da nação. Continuando, diz que “até duas décadas atrás a capoeira estava entregue à sua própria sorte”, com os brasileiros praticando uma espécie de colonialismo cultural, através de outras artes marciais”. Por esta razão “é necessário o fortalecimento da capoeira, para que ela contribua na formação de bases com características brasileiras”.

### DEFESA

A capoeira é, no entender de mestre Sergipe, “como tantos outros métodos de defesa pessoal executada e praticada de forma empírica, instrutiva e perigosa. Metodizada e racionalizada, muitos são os resultados sociais, físicos e espirituais que contribuem decisivamente na formação do elemento humano”.

Todas as outras formas naturais de defesa pessoal, as chamadas artes marciais de vários povos, passaram também pelas mesmas fases de marginalização, crendices, lendas e fanatismos por que passa a capoeira, no entender de mestre Sergipe, que acrescenta: “Cada povo possui um método mais elaborado de combate e auto defesa que vai melhorando. A capoeira é uma arte brasileira desenvolvida como esporte e luta praticada através do som de um berimbau e que foi instituída como defesa pessoal de nosso povo”.

Para os afeccionados, a capoeira constitui uma cultura física completa que, com sua prática, dá ao homem a suavidade das garças, a agilidade e destreza dos felinos e a resistência dos ruminantes e difere de todas as outras formas de defesa, pois é total o emprego do corpo humano – perna, pé, mão, cotovelo, calcanhar, ombro, cabeça e dedos que, na repetição intensa, possibilita a aquisição da chamada memória muscular, com a qual todo corpo se torna um instrumento de morte.

A partir da instalação da academia de mestre Sergipe na cidade de Curitiba, alguns jornais passaram a produzir reportagens sobre o seu trabalho na cidade. Uma dessas matérias, em especial, nos chamou bastante a atenção. Trata-se da matéria feita pelo Diário do Paraná<sup>11</sup> (1977) onde foi abordado a Capoeira. Essa notícia foi dividida em duas partes, na primeira, referente à página 11, encontra-se a primeira parte, que traz o interessante título de “A arte marcial ‘made in’ Brasil”. Na segunda parte, na página 12 da mesma edição, encontra-se a continuação e está intitulada como “Nossa arte marcial”.

A respeito da primeira parte, deve-se atentar para o termo inglês, utilizado para fazer alusão a Capoeira. Não há como sabermos quem foi o autor deste título. Não sabemos se foi uma ideia que partiu do próprio jornal, ou foi algo urdido pelo próprio jornalista, ou mesmo fruto de sugestão de mestre Sergipe. Todavia, fato é que o termo apareceu e ficou registrado, expressando a relação metrópole e colônia, panorama esse que refere-se a relação desigual entre duas nações, também conhecido como domínio imperialista. Frantz Fanon em sua obra “Pele Negra, Máscaras Brancas” (1952), apreende de maneira teórica/materialista a relação metrópole-colônia ao analisar a linguagem enquanto fenômeno expoente desse paradigma. Para Fanon, “falar é estar em condições de empregar uma certa sintaxe, possuir a morfologia de tal ou qual língua, mas é sobretudo assumir uma cultura, suportar o peso de uma civilização” (FANON, 2008, p. 33). Vale acrescentar que o dominado, quando assume a linguagem dominante de forma acrítica, também incorpora os mecanismos ideológicos que justificam a sua dominação.

O exemplo erigido por Fanon, resgata a relação histórica metrópole-colônia promovida pela França sobre a Martinica<sup>12</sup>. Do lado dos colonizados estão os antilhanos, no outro extremo os franceses, embora exista uma separação territorial entre esses mundos, a linguagem aparece ora como distanciamento, ora como possibilidade de aproximação e acumulação da cultura dominante pelo negro no processo de alienação do colonizado no encontro com a metrópole, há também o elemento simbólico de branqueamento concedido ao falar francês. O negro antilhano ao sair para visitar a França, volta para casa reformado,

<sup>11</sup> O jornal Diário do Paraná foi fundado no dia 29 de março de 1955 em Curitiba, jornal de circulação cotidiana. Inicialmente ficou no encargo do jornalista e radialista Adherbal Stresser ao lado do seu filho Ronald Sanson Stresser. Claro, o jornal estava imbuído de valores positivistas, federalistas e elitistas.

<sup>12</sup> Na época que o autor escrevia, a Martinica era uma ilha sob domínio francês, hoje é um departamento ultramarino francês.

falando o francês, deixando de lado o idioma “selvagem”, nesse caso o patoá<sup>13</sup>, ele se torna um “semideus”, um consagrado, a estética metropolitana coloniza o desejo do antilhano, o *ethos*<sup>14</sup> colonial seduz o colonizado.

Acerca disso, devemos destacar que o colonizado identifica na MetrÓpole o modelo universal de humanidade, que se confunde com ser branco. Na Martinica, muitos negros vislumbravam na França e no mundo europeu esse ideal de humanidade. Desse modo, negar o seu patoá e falar o francês parisiense era atingir certo grau de excelência, de humanidade, em outras palavras: o negro queria ser branco.

Essa discussão acerca da Martinica pode parecer algo distante, mas devemos considerar o que Fanon nos diz: “mais ainda, ampliaremos o âmbito da nossa descrição e, para além do antilhano, levaremos em consideração qualquer homem colonizado” (FANON, 2008, p. 34). Dessa forma, a discussão que Fanon está fazendo sobre a Martinica pode ser aplicada para pensarmos esta matéria.

A utilização do termo “*made in*”, que pode ser traduzido grosso modo como “feito em” ou “fabricado em”, frequente nos produtos industrializados, mostra como este pensamento colonizado produz subjetividades e objetiva a realidade do mundo, justificando a própria dominação. Notável que a matéria pretende, a nosso ver, realizar uma crítica ao “colonialismo cultural”, mas ela não consegue escapar da colonialidade, pois explicita a contradição entre o conteúdo da crítica e a forma pela qual ela foi expressa. Em suma, a matéria busca fazer uma crítica ao colonialismo, todavia, apoia-se na linguagem do dominante. Além disso, o termo “*made in*” sugestiona a capoeira enquanto mercadoria que, portanto, deve ser moldada para o mercado. Desse modo, temos um duplo problema: a capoeira-mercadoria e a capoeira-colonizada. Essas duas dimensões, operando conjuntamente, buscam esvaziar a capoeira do seu real conteúdo, isto é, a resistência, diluindo-a em um esporte disciplinado que por muitas vezes deixou de lado a própria história da prática.

## O NEGRO PARANAENSE ENTRE O NÃO-LUGAR E A FABULAÇÃO ELITISTA

<sup>13</sup> Idioma, outrora, falado pelos antilhanos na Martinica, por vezes rebaixado à categoria de dialeto com intuito pejorativo. Uma língua restrita às comunidades rurais, pequenos grupos e localidades de pessoas. Segundo Fanon, era essa língua que o antilhano buscava abandonar quando partia para a MetrÓpole e voltava falando o francês.

<sup>14</sup> Utilizamos o conceito de “*ethos*” buscando significar um conjunto de práticas, costumes e comportamento apropriados pelo colonizado de maneira não-crítica.

Inicialmente, a Capoeira era uma prática mais constante no Rio de Janeiro, em Pernambuco e na Bahia. Todavia, ainda no século XIX, como descrevemos, ela começou a se manifestar em outras regiões. No Estado do Paraná há indícios de sua presença ainda no século XIX. Com essa informação, muitos se perguntarão: se a Capoeira é uma prática tão antiga no Estado, por que não existe uma vasta massa crítica sobre o assunto? Por que os intelectuais desviaram tanto a atenção da Capoeira mesmo com ela imbricada em todo o cotidiano do Estado? Não é uma resposta fácil, mas podemos apontar que a pista para respondermos essa questão está relacionado ao pensamento colonizado, tanto da relação Paraná-Europa quanto da relação Paraná-Estados Unidos da América.

Acerca do pensamento colonizado Paraná-Europa, devemos nos atentar para o movimento denominado “paranista”, que atuou com grande força desde a emancipação do Estado (1853) até a década de 1930. Este movimento buscou forjar um Brasil diferente, enraizado no delírio europeu que acreditava serem eles a expressão acabada de humanidade. Essa identificação com a Europa era algo mais particular da própria elite, pois os imigrantes trabalhadores, que haviam deixado seus países por consequência das misérias e guerras, sentiram-se acolhidos pelos trópicos e no decorrer das gerações foram assimilando a identidade brasileira, enquanto a elite estava estritamente ligada com a Europa, primeiro por serem brancos, depois porque estavam sempre transitando de um lado ao outro, seja para frequentar as universidades europeias, seja para fazer compras (BATISTELLA, 2012).

Posteriormente, na segunda metade do século XX, com os Estados Unidos da América já na posição dianteira do capitalismo, houve uma “atualização” deste pensamento colonizado. A novidade aqui se relaciona com a inserção dos EUA como o novo senhor e modelo. Porém, vale notar que os EUA se insere em uma espécie de continuidade do modelo europeu na América. Dessa maneira, o olhar estadunidense continuou mediado pelo pensamento eurocêntrico, pois muitos partem do princípio que os EUA deram certo na medida que cristalizaram aquilo que havia de mais avançado na Europa. Por conseguinte, deu certo por ser uma civilização branca e de culturas afins. Foi eficaz porque souberam operacionalizar a exclusão dos indígenas e dos negros, que aparecem como parcelas ínfimas daquela sociedade.

De fato, a elite estava articulada aos valores europeus e viam no homem ocidental, um modelo ideal. E ao assumirem o europeu como arquétipo, também aderiram aos seus delírios acerca das raças, em especial, o delírio sobre a África. Este delírio se tratava da fabulação

eurocêntrica que enxergava na África um *lôcus* de ausência (sem cultura, sem arte, sem ciência, sem valores, sem deus), em outras palavras, um não-lugar. Desta maneira, sendo a África o *atopos* (não-lugar), os sujeitos que ali estão inseridos só podem ser não-sujeitos. A partir disso, outro delírio surge — uma segunda ontologia — sob o signo “negro”. O que é o negro? A expressão de uma ausência de valores, de ausência de obras, elemento provocador de paixões, de temores, de medos. Essa ontologia secundária funcionou como invólucro, fabricando uma subjetividade animalésca e todo um aparato colonizador de criação e sujeição do africano em negro-espectro e depois em escravo-mercadoria, sua inscrição fantasmática na história ocidental durante a modernidade em conjunto com o capitalismo racial (MBEMBE, 2018).

Qual o resultado da incorporação, realizadas pela elite paranaense, dessas visões estereotipadas dos europeus acerca da África e do Negro? O resultado foi um olhar desviante do real. Prioritariamente, a elite olhava para o negro paranaense e não o enxergava, quando o enxergava, negava as suas obras. Por conseguinte, o potentado paranista fez usos necropolíticos da memória (CORRÊA; VIEIRA, 2019) visando ocultar o negro da História Oficial do Estado e, deste modo, colocando-o em um não-lugar. A eliminação não é apenas do corpo, mas da memória.

Desse modo, o negro passou a ser silenciado, na busca de desatar o Paraná da segunda ontologia, do sujeito não-humano, representante do extremo negativo da humanidade: um outro, que é tão outro que já deixou de ser humano<sup>15</sup>. Sendo assim, a imprensa, a historiografia, a arte, formado pela elite paranista passou a silenciar o negro e sua cultura, incluindo a capoeira. Sintomaticamente, a capoeira teve pouquíssimas referências nos jornais, se comparado a outros temas. Entretanto, através dessas poucas referências, conseguimos nos aproximar desse passado e capturar parte de sua história, vislumbrando o lugar que a capoeira e a identidade negra ocuparam no Estado do Paraná, fazendo trincheira ao movimento paranista.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

<sup>15</sup> Para os marxistas e os hegelianos existem três ontologias, ou três seres, a saber: o ser inorgânico, onde encontramos os minerais; os ser orgânico, onde podemos encontrar as plantas e os animais e, por último o ser social, onde encontramos o ser humano. O ser social incorpora as duas últimas ontologias e acrescenta uma outra, que é a capacidade de auto-criação e reflexão sobre si próprio. De tal forma, o negro enquanto segunda ontologia expressa a forma como o negro é enxergado, excluído de sua humanidade.

Ao longo deste artigo comentamos e analisamos a Capoeira paranaense, tendo como intuito aprofundar os estudos sobre a Capoeira praticada na parte sul, bem como evidenciar a presença negra no Estado do Paraná, apontando que o negro é parte constituinte da brasilidade e que o sul, ao contrário do que se fez crer o paranismo e toda a intelectualidade colonizada, também é constituído pelos indivíduos negros.

Assim sendo, conseguimos mediante a utilização de fontes jornalísticas, mostrar como a capoeira serviu de instrumento de autodefesa de sujeitos subalternos, como, por exemplo, as mulheres negras (Joana da Silva). Ainda, acerca da autodefesa, também refletimos a despeito do caráter clínico pela violência dos subalternos. De modo geral, apontamos para a existência de três usos da violência: o primeiro, verticalizado (praticada pelas instituições da sociedade dividida em classes), o segundo horizontalizado de micro-escala (individual ou de uma fração de classe, que busca superar o se defender de uma denominação específica) e horizontalizado de macro-escala (tempo da revolução, da ação coletiva que busca superar, não uma denominação específica, mas todas as dominações). No segundo uso, a violência expressa um grito rouco do “eu existo”, possuindo uma dimensão terapêutica. Já no terceiro implica a destruição de toda a estrutura dominante e a instalação de uma nova forma de sociabilidade que permita uma relação não hierárquica. Esse terceiro momento é amplamente pelos anarquistas e marxistas. Essas fontes ao serem problematizadas apresentaram um sujeito evidenciado pelo uso da violência, ela operou como um sinalizador captando formas de vida.

Além disso, realizamos uma historicização da Capoeira paranaense, mostrando que ela é uma cultura antiga da região, sendo praticada desde o final do século XIX e que veio a se organizar em grupos, posteriormente, com a vinda de Mestre Sergipe e outros mestres na década de setenta.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, v.2, n.11, p.89-117, 2013.

BATISTELLA, Alessandro. O Paranismo e a invenção da identidade paranaense. **Revista Eletrônica História em Reflexão**, Dourados, v. 6, n. 11, jul. 2012. ISSN 1981-2434.

CALONGA, Maurilio Dantielly. “O jornal e suas representações: objeto ou fonte da história?”. In: **Comunicação e Mercado/UNIGRAN** - Dourados - MS, Vol. 01, n. 02 – edição especial, p. 79-87, nov-2012.

CORRÊA, Felipe. **Rediscutindo o anarquismo**: uma abordagem teórica. São Paulo, 2012.

CORRÊA, Murilo Duarte Costa; Vieira, Cainã Domit. Necropolítica da memória escrava no Brasil pós-abolição. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 11, n. 26, p. 368 - 401, jan./abr. 2019.

DUMOULIÉ, Camille. A Capoeira, uma Filosofia do Corpo. **IARA, Revista de Moda, Cultura e Arte**, São Paulo, 2008.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia. Editora 34, 2013.

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU, 2003.

LACAN, Jacques. **Seminário 17 - o avesso da psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

MARCUSE, Herbet. **Razão e revolução**: Hegel e o advento da teoria social. Rio de Janeiro: Paz e- Terra, 1978.

MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra**. São Paulo: N-1 edições, 2018.

\*\*\*

Artigo recebido em outubro de 2020. Aprovado em dezembro de 2020.